



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
PROCURADORA-GERAL

## **Tomadas de posse**

A dimensão das nomeações em lugares de topo da magistratura do Ministério Público que acaba de ter tradução nesta cerimónia permite ter uma noção clara da expressiva alteração das posições que vinham sendo ocupadas por um número alargado de magistrados, sendo corolário também da absoluta e inadiável necessidade de preenchimento de um conjunto significativo de lugares.

Vimos aludindo, vezes sem conta, ao forte ritmo a que se vêm sucedendo as jubilações e conhecendo projeções relativamente ao cenário com que, nesse específico domínio, nos veremos muito previsivelmente confrontados nos próximos anos.

Vimos também sugerindo caminhos, apontando soluções e alternativas para evitar o agravamento da situação.

Se é clara a nossa postura – a de que queremos fazer parte da solução e de que nos posicionamos, nesta específica matéria como na generalidade dos temas, com a maior abertura, humildade e espírito construtivo –, preocupa-nos verdadeiramente a situação e não podemos ficar indiferentes ao reporte que nos chega de cada Procuradoria-Geral Regional, de norte a sul do país, relativamente às dificuldades sentidas para assegurar uma representação num patamar mínimo de dignidade.



Tudo isso, não obstante a mais do que certa existência de assimetrias na distribuição dos quadros e de outros problemas na sua gestão, apenas suscetível de gradual reequilíbrio após um filigrânico apuramento diagnóstico, com a imprescindível colaboração das estruturas intermédias desta magistratura com que contamos e a cujo rigor apelamos, na consideração da premência e importância desse trabalho que, sem ingenuidade, intuímos não ser, não obstante, do agrado de todos.

A esse trabalho minucioso e sério e do interesse da globalidade dos magistrados pretendemos dar início, a curto prazo, tanto mais que dele partindo se pode consistentemente avançar, com mais rigor e antecedência, na preparação do movimento de magistrados do próximo ano.

Esse o nosso propósito e o nosso compromisso já expresso no seio do CSMP, assim esclarecendo e dissipando dúvidas teimosamente subsistentes relativamente às exatas dificuldades sentidas, no campo dos recursos humanos.

Esperamos contar com idêntico compromisso e com o sentimento de justiça global de todos nesse sentido, em particular os que forem chamados a colaborar.

Numa outra dimensão, pretendemos nesta cerimónia enfatizar também, no que respeita às promoções à categoria de procurador-geral-adjunto que hoje se consumam, que a respetiva lista de graduação, com uma validade prevista de dois anos, foi aprovada



aproximadamente há seis meses, encontrando-se neste momento promovidos mais de 50% dos magistrados que a integram.

Essa circunstância permite antever forte probabilidade de a mesma se esgotar em prazo substancialmente mais curto do que a validade atribuída – à semelhança do que sucedeu no primeiro procedimento, cuja lista ficou esgotada em menos de 6 meses, não obstante lhe tivesse sido atribuído idêntico período de validade –, daí advindo a previsível necessidade de desencadear terceiro procedimento concursal de graduação para promoção no final do próximo ano.

De modo que, com a experiência adquirida neste domínio, é tempo de o CSMP futuramente aceitar não ser tão incompreensivelmente espartano no número de lugares cuja necessidade de preenchimento perspectiva, na certeza de que essa estimativa vem invariavelmente pecando por defeito, obrigando a um evitável acréscimo de procedimentos.

Assim se passará a encarar com naturalidade o novo paradigma que impõe que, para uma normal e corrente gestão de recursos humanos, disponhamos permanentemente de uma lista de graduação para promoção aprovada.

Caros colegas,

Mais quatro breves notas.



A primeira para sublinhar que o Conselho Consultivo da PGR, órgão de máximo prestígio, reconhecido interna e externamente, é alvo de uma profunda renovação com o ingresso de três novos vogais, magistrados de elevadíssima craveira que vão substituir três outras, cessando funções por efeito de jubilação, a quem formulo o desejo muito sincero de que desfrutem, em pleno e de boa saúde, dessa condição.

Fica plenamente assegurada uma linha de continuidade desse reconhecidíssimo prestígio de que o referido órgão vem invariavelmente gozando, sendo devida neste ato público uma manifestação de agradecimento institucional e também pessoal às vogais que cessaram ou cessarão, a breve trecho, funções – Senhoras Procuradoras-Gerais-Adjuntas Fátima Carvalho, Conceição Esteves e Isabel Costa – pela demonstração de elevada dedicação, competência e entrega à causa pública.

Aos senhores inspetores nomeados pretendo deixar a segunda breve mensagem, nela refletindo uma preocupação que julgo não dever nunca ser abandonada – a da regularização dos atrasos na cadênci legalmente prevista para a avaliação do mérito do trabalho dos magistrados e também para efeito das ações inspetivas no início do exercício efetivo de funções, para o que contribuirá decisivamente a definição de modelos de trabalho mais ágeis, associada à adoção de relatórios de cunho mais sintético, sem desvirtuar o seu rigor e a fundamentação das propostas a submeter à apreciação do CSMP.

Ainda que se encontre, quatro anos volvidos desde que iniciei funções, praticamente elevado ao dobro o número de inspetores que integram



o serviço de inspeções – aumento muito significativo que valerá a pena não desprezar –, subsistem dificuldades em alcançar o citado objetivo, não obstante o tenhamos por essencial.

Num tempo em que – todos o sabemos – o mérito é estatutariamente consagrado como o fator maior no acesso a diversos lugares no seio desta magistratura, impõe-se um esforço suplementar no sentido de interiorizar plenamente a importância de respeitar a cadência legalmente definida para a realização das inspeções, concertando esforços no sentido da sua concretização.

Uma terceira palavra breve dirijo aos Senhores Procuradores-Gerais-Adjuntos que ingressam nos Supremos Tribunais (de Justiça e Administrativo) e no Tribunal de Contas para muito lhes agradecer a disponibilidade manifestada perante os convites endereçados e para referir que, conforme estatutariamente previsto, tratando-se de lugares de representação direta do Procurador-Geral da República, está pressuposta uma interação próxima com a Procuradoria-Geral da República, em particular sempre que a natureza e o melindre das matérias em análise ou a expressão mediática que assumam não dispensem, antes exijam, o conhecimento, a troca de impressões ou mesmo a orientação sobre a posição a assumir, num espaço de desejável interação e diálogo.

E deixei propositadamente para o fim a referência à assunção de funções da nova Diretora do Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação da Procuradoria-Geral da República, unidade cujas atribuições inculcam com clareza no sentido da sua relevância maior, acompanhando e resolvendo os desafios que as novas tecnologias



colocam, num tempo em que todos precisamos de delas nos socorrer e de as utilizar como meio facilitador do nosso trabalho.

Não é fácil a sua missão, Senhora Dr.<sup>a</sup> Luísa Sobral, pelas especificidades do Departamento, particularmente do ponto de vista técnico, pelas suas atribuições e pelos desafios que coloca, aos quais nem sempre é alcançada resposta consentânea com o que ambicionaríamos conseguir.

A interação por V.Ex.<sup>a</sup> estabelecida com os restantes magistrados e demais elementos integrantes do Departamento, bem como com o Senhor Procurador Dr. Rui Baptista – magistrado a quem a Procuradoria-Geral da República e os magistrados em geral muito devem e a quem publicamente agradeço, em particular, todo o entusiasmo, empenho e disponibilidade, bem como a sua afabilidade e o seu agradável sorriso dos quais confesso já sentir a falta – foram já e continuarão a ser cruciais para o desenvolvimento das suas funções.

O atraso na aprovação da lei orgânica da PGR, cuja proposta foi encaminhada para o Ministério da Justiça há dois anos e não teve desde então evolução conhecida, constitui um fator que compromete a verificação de avanços, a múltiplos níveis, na organização e funcionamento da Procuradoria-Geral da República, com impressionantes reflexos também ao nível das atribuições do Departamento de Coordenação Nacional que V.Ex.<sup>a</sup> dirigirá.



Em termos orçamentais, as dificuldades sentidas e representadas junto do Ministério da Justiça, de múltiplas formas e em múltiplas ocasiões, vêm, além do mais, impedindo, ano após ano, a entrada em produção no DCIAP da ferramenta informática SIC-MP, com prejuízo significativo para o trabalho desenvolvido nesse Departamento Central e comprometendo também reflexamente que esse modelo possa vir a ser replicado, a nível nacional.

O esforço que V.Ex<sup>a</sup>. empreenderá dará continuidade ao investimento que vem sendo feito na área, com concretizações e avanços proporcionados pelas novas tecnologias como sinal de modernidade, sempre racionalmente sustentados, sem desfasamentos relativamente à realidade onde nos situamos, das nossas competências individuais e institucionais, da vocação da instituição que integramos e da razoabilidade e exequibilidade das metas a que nos propomos.

Senhores magistrados,

Caros colegas e amigos,

A finalizar, a todos me dirijo desta feita.

Na densa floresta de contrariedades, desafios, incumbências e responsabilidades, há vida, aparentemente irrepetível, para ser vivida.

É por isso que, para além de um genuíno cumprimento de felicitações, associado ao voto de boa sorte e saúde, recordo a frase de Oscar Wilde – “Viver é a coisa mais rara do mundo. A maioria das pessoas apenas existe”, pedindo também que vivam as vossas vidas



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PORTUGAL**

---

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
PROCURADORA-GERAL

comprometidamente, com foco, empatia e entusiasmo pois estou muito convicta de que o vosso sucesso pessoal e profissional dessa forma ficará muito mais próximo de estar garantido!

Muito obrigada!

05.09.2022